



REQUERIMENTO Nº , DE 2021
(Do Srs. João Daniel, Nilto Tatto e Patrus Ananias)

Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Legislação Participativa, para discutir os conflitos agrários em terras públicas.

Senhor Presidente,

Senhor Presidente, requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para discutir o para discutir os conflitos agrários em terras públicas.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Dom José Ionilton – Vice Presidente da Comissão Pastoral da Terra – CPT;
- Representante da Advocacia Geral da União (AGU);
- Raphael Luís Pereira Bevilaqua – Procurador da República no Estado de Rondônia;
- Dr. João Pedro Ribeiro Sampaio de Arruda Câmara - Câmara de Conciliação Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Girolamo Domeneco Treccani – Professor de Direito Agroambiental da Graduação e Pós-Graduação da UFPA;
- Alair Luiz dos Santos – Secretário de Política Agrária ;
- Afonso Chagas – Advogado, professor da Universidade Federal de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pesquisadores da questão fundiária brasileira têm apontando que um os principais conflitos agrários, tem como disputa o domínio das terras públicas da União, com ações de pistolagem, reintegrações de posse e ameaças de morte contra as famílias que estão nas áreas e, em muitos casos, aguardando definições dos órgãos do Governo Federal para resolver suas demandas.

Mesmo no contexto de pandemia do covid-19 os processos de reintegração de posse não ficaram paralisados, pelo contrário, os despachos seguem a todo vapor, indicando que mesmo diante de uma pandemia o direito à propriedade segue sagrado e absoluto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO DANIEL PT/SE
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CLP

Apresentação: 19/05/2021 09:58 - CLP

REQ n.28/2021

Na região do Cone Sul de Rondônia, famílias amargam o isolamento social em acampamentos, nem todos têm para onde ir após uma ação de despejo, tão pouco o Estado tem garantido direitos a moradia digna e assistência básica.

Em outubro de 2019, após mais de 10 anos em posse da área - com casas construídas e roças plantadas -, 45 famílias foram despejadas em Chupinguaia (RO). Atualmente cerca de 15 famílias, ligadas à Associação Nossa Senhora Aparecida, seguem em acampamento no lote vizinho, que também sofre processo de reintegração, além disso acampados relatam que policiais e capangas fazem rondas intimidando as famílias.

A CPT recebeu notícias de camponeses que as casas que não foram destruídas no despejo por determinação da justiça, mas estão sendo colocadas ao chão por capangas do alegado proprietário, mesmo depois de decisão controversa da justiça estadual, que na sequência do despejo declinou competência para a Justiça Federal, confirmando estarmos diante de um conflito agrário em área da União.

Com outras áreas ameaçadas de despejo, em lotes que compõem a área conhecida como fazenda Vilhena, mesmo após decretada a pandemia e o estado de calamidade pública, tendo o Comando da Polícia Militar informado a suspensão do cumprimento de reintegração, não deixaram de ter policiais na área - conforme relatam os ocupantes - acompanhados pelo fazendeiro, com o objetivo de intimidar as famílias. Mais recentemente, acampados relataram e registraram boletim de ocorrência por estarem sofrendo ameaças de uma pessoa identificada sob o apelido de “Nego Zen”, que seria conhecido na região por exercer esse tipo de violência contra camponeses.

Outra vítima da violência no campo têm sido as florestas, que caem e queimam para dar lugar ao boi, sendo este, mais tarde, substituído pela soja. Frentes de exploração de minério podem compor um próximo ciclo de violência contra os povos e contra a floresta.

O Ministério Público Federal por meio da Procuradoria Federal do Cidadão tem questionado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre os processos de regularização fundiária e a destinação de terras públicas para a criação de novos assentamentos rurais.

Destacamos aqui a gravidade de conflitos em vigência no estado de Rondônia e, em razão do exposto, portanto, contamos com apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 2021.

Deputado João Daniel
PT/SE

Deputado Nilto Tatto
PT-SP

Deputado Patrus Ananias
PT-MG

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 6º andar - Gabinete 605 - 70160900 - Brasília DF
Tel: (61) 3215-5605 - Fax: (61) 3215-2605 | E-mail: dep.joaodaniel@camara.gov.br



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Daniel e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212014930000>





Requerimento **(Do Sr. João Daniel)**

Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Legislação Participativa, para discutir os conflitos agrários em terras públicas.

Assinaram eletronicamente o documento CD212014930000, nesta ordem:

- 1 Dep. João Daniel (PT/SE)
- 2 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)
- 3 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)

